

**CAROLINE DA SILVA ANDRADE**

**Atividades aquáticas e salvamento aquático: conteúdos  
da Educação Física escolar?**

**BAURU  
2025**

**CAROLINE DA SILVA ANDRADE**

**Atividades aquáticas e salvamento aquático: conteúdos  
da Educação Física escolar?**

**ORIENTADOR: PROFº DRº MILTON VIEIRA DO PRADO JUNIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Faculdade de Ciências da Universidade Estadual  
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de  
Bauru, para obtenção do grau de Licenciado em  
Educação Física.

Bauru  
2025

Andrade, Caroline da Silva.

Atividades aquáticas e salvamento aquático: conteúdos da Educação Física escolar?/ Caroline da Silva Andrade. – Bauru, 2025

29 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura – Educação Física)–Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru

Orientador: Milton Vieira do Prado Junior

1. Atividades Aquáticas. 2. Salvamento aquático. 3. Educação Física escolar. 4. Prevenção de afogamentos. 5. Formação docente. Faculdade de Ciências. II. Título.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que não conseguiram se salvar de um afogamento e às famílias que, de alguma forma, foram marcadas por essas perdas.

Que esta pesquisa possa contribuir para a prevenção e a educação em meio aquático, salvando vidas por meio do conhecimento.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente à minha família, principalmente aos meus pais, José Maria e Silvelene pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha trajetória acadêmica, responsáveis por fazerem ser possível essa formação.

Aos meus amigos de longa data e aos que conquistei durante o curso, pela parceria e incentivo constantes.

Agradeço de maneira especial ao meu orientador, Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Júnior, pela paciência, confiança e incentivo em cada etapa deste trabalho, acreditando sempre que podemos ir além.

Por fim, agradeço a todos os professores e colegas do curso de Educação Física, que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste sonho.

“PREVENIR É SALVAR, EDUCAR PARA NÃO SE AFOGAR!”  
(Vilela & Szpilman, 2014)

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo investigar o conhecimento e a percepção dos professores de Educação Física vinculados ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) sobre as atividades aquáticas e o salvamento aquático e sua inserção nas aulas escolares. O estudo parte da relevância social e educacional da prevenção de afogamentos, tema ainda pouco explorado nos currículos de formação docente. Adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com caráter exploratório, mediante a aplicação de questionários online a 63 professores participantes do PROEF distribuídos em diferentes regiões do país. Os resultados revelaram que a maioria dos docentes reconhece a importância do ensino de atividades aquáticas, mas aponta limitações relacionadas à falta de infraestrutura e à ausência de formação específica sobre natação, salvamento e primeiros socorros em ambiente aquático. Verificou-se, ainda, que o tema é raramente abordado de forma sistemática nas aulas de Educação Física escolar em qualquer dos níveis de ensino. Conclui-se que a inserção do conteúdo de atividades aquáticas e salvamento aquático no contexto escolar é fundamental para a formação integral dos alunos e para a promoção de uma cultura de segurança e prevenção de acidentes em meio líquido. O trabalho contribui, portanto, para ampliar o debate sobre a necessidade de atualização dos currículos e de capacitação docente e a luta por melhores condições de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades aquáticas no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Atividades Aquáticas. Salvamento aquático. Educação Física escolar. Prevenção de afogamentos. Formação docente.

## **ABSTRACT**

The present Course Completion Project aimed to investigate the knowledge and perception of Physical Education teachers affiliated with the National Network Professional Master's Program in Physical Education (PROEF) regarding aquatic activities and water rescue, as well as their inclusion in school lessons. The study is grounded in the social and educational relevance of drowning prevention, a topic still scarcely explored in teacher education curricula. A qualitative and quantitative exploratory approach was adopted through the administration of online questionnaires to 63 PROEF teachers from different regions of the country. The results revealed that most teachers recognize the importance of teaching aquatic activities but point to limitations related to the lack of infrastructure and the absence of specific training in swimming, rescue techniques, and first aid in aquatic environments. It was also found that the topic is rarely addressed systematically in school Physical Education classes at any level of education. It is concluded that incorporating the content of aquatic activities and water rescue in the school context is essential for students' holistic development and for promoting a culture of safety and accident prevention in aquatic environments. Therefore, this work contributes to expanding the discussion on the need to update curricula, improve teacher training, and advocate for better infrastructure conditions for the development of aquatic activities in schools.

**Keywords:** Aquatic rescue. Physical Education. Drowning prevention. Aquatic activities. Teacher training.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Objetivos Específicos .....</b>	<b>12</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 As atividades aquáticas na Educação Física e na BNCC .....</b>	<b>13</b>
<b>3.2 Importância do conteúdo de salvamento aquático para escolares .....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 Estudos realizados sobre salvamento aquático no contexto escolar .....</b>	<b>15</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

## 1 Introdução

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA, 2024), a cada 90 minutos um brasileiro morre afogado, totalizando, em média, 15 óbitos por dia. Trata-se de um número alarmante, uma vez que, conforme Szpilman (2005), os incidentes de afogamento não ocorrem por acaso; na maioria das vezes, são eventos preveníveis, cuja principal forma de tratamento é a prevenção. Assim, muitos casos poderiam ser evitados se a população tivesse acesso a adaptação ao meio líquido, a noções básicas de segurança e salvamento aquático, além de respeito aos próprios limites no meio líquido.

O afogamento é uma das principais causas de morte acidental na infância. Quando se faz um recorte etário, observa-se que, entre crianças de 1 a 4 anos, o afogamento constitui a segunda maior causa de óbito. Segundo a SOBRASA (2024), uma criança morre afogada dentro de sua própria residência a cada dois dias. Esses dados evidenciam a gravidade do problema e reforçam a necessidade de políticas públicas e ações educativas voltadas à prevenção.

O Brasil possui uma extensa faixa litorânea, com aproximadamente 8.000 quilômetros, abrangendo 17 estados, inclusive São Paulo. De acordo com a SOBRASA (2022), este foi o estado com maior número de óbitos por afogamento (680 casos). Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo do Estado de São Paulo reconhecem a relevância das atividades aquáticas como prática corporal significativa e formativa, mesmo que não estejam explicitamente listadas entre as unidades temáticas principais da Educação Física. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017):

“Ainda que não tenham sido apresentadas como uma das práticas corporais organizadoras da Educação Física na BNCC, é importante sublinhar a necessidade e a pertinência dos estudantes do País terem a oportunidade de experimentar práticas corporais no meio líquido, dado seu inegável valor para a segurança pessoal e seu potencial de fruição durante o lazer.” (BRASIL, 2017, p. 223)

Essa diretriz curricular reforça a importância de inserir experiências corporais que envolvam a ambientação e a adaptação ao meio líquido, promovendo o desenvolvimento da respiração, da flutuação, da imersão e do deslocamento na água.

Diante desse cenário, emergem questionamentos fundamentais que orientam esta pesquisa:

- Qual é o nível de conhecimento dos professores de Educação Física sobre o salvamento aquático e sua aplicação nas aulas de atividades aquáticas?
- O que esses docentes aprenderam durante sua trajetória profissional acerca do tema?
- Como as atividades aquáticas estão sendo trabalhadas nas escolas de educação básica?
- De que forma é abordada a importância do salvamento aquático e da sobrevivência em meio líquido nas práticas escolares?

Do ponto de vista social, esta investigação busca contribuir para a promoção da segurança de crianças e adolescentes em ambientes aquáticos, especialmente nas escolas que dispõem de piscinas ou desenvolvem projetos extracurriculares relacionados às atividades aquáticas. Ao abordar o tema das atividades aquáticas e salvamento aquático na escola, o estudo propõe o desenvolvimento de hábitos seguros desde a infância e a consolidação de uma cultura de prevenção e autocuidado.

A Educação Física Escolar (EFE), enquanto componente curricular da área de Linguagens, assume papel essencial na formação integral dos estudantes. Segundo Manoel *et al* (1988), a Educação Física deve possibilitar ao aluno a ampliação de seu repertório motor e social, indo além da dimensão esportiva e competitiva para abranger aspectos de saúde, segurança e convivência. Nesse sentido, a inclusão de conteúdos sobre prevenção de acidentes aquáticos reforça o compromisso social e pedagógico da EFE.

O presente trabalho também visa preencher uma lacuna existente na literatura educacional e esportiva, considerando a escassez de pesquisas que abordam a formação de professores de Educação Física em relação às atividades aquáticas nas aulas de Educação Física Escolar, além do salvamento aquático e à prevenção de afogamentos nos anos escolares. De acordo com Rodrigues, Souza e Dias (2021), a maioria dos cursos de licenciatura em Educação Física no Brasil dedica pouco ou nenhum espaço para o ensino de primeiros socorros e salvamento aquático, o que

compromete a segurança nas práticas pedagógicas desenvolvidas em ambientes aquáticos.

Além disso, o estudo busca estimular a reflexão crítica sobre a necessidade de formação continuada dos docentes, propondo uma abordagem interdisciplinar que articule conhecimentos das áreas da Educação Física, Saúde e Pedagogia. Espera-se que os resultados possam subsidiar políticas públicas e educacionais voltadas à inserção de conteúdos preventivos nos currículos escolares e ao fortalecimento de programas de capacitação docente.

Assim, a relevância deste trabalho justifica-se não apenas pela contribuição ao campo da Educação Física e da segurança aquática, mas também por fomentar avanços teóricos e metodológicos alinhados às demandas contemporâneas da educação brasileira. Ao propor a inclusão das atividades aquáticas e salvamento aquático como conteúdo formativo na escola, reafirma-se o papel social da Educação Física como promotora de vida, saúde e cidadania.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

- Investigar o conhecimento dos professores vinculados ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) sobre conteúdos teóricos e práticos relacionados às atividades aquáticas e a inclusão do salvamento aquático em suas aulas na escola.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar o nível de conhecimento teórico e prático dos professores de Educação Física acerca das técnicas básicas de salvamento aquático;
- Compreender a percepção dos docentes sobre a importância da prevenção de acidentes aquáticos no contexto escolar;
- Verificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores na abordagem de conteúdos relacionados à segurança e ao salvamento em meio

Líquido;

- Analisar as possíveis contribuições do ensino de atividades aquáticas para a formação integral e a segurança dos estudantes.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 As atividades aquáticas na Educação Física e na BNCC**

As atividades aquáticas, enquanto manifestação da cultura corporal, representam uma importante dimensão da Educação Física escolar, contribuindo para o desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo dos estudantes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a diversidade das práticas corporais e ressalta a importância da vivência de diferentes contextos de movimento, incluindo os ambientes aquáticos (BRASIL, 2017).

Segundo Tani (1988), o ensino da Educação Física deve oportunizar ao aluno experiências que ampliem seu repertório motor, permitindo adaptações posturais, respiratórias e de equilíbrio em variados contextos. O ambiente aquático, por sua natureza instável, oferece desafios únicos que estimulam a autoconfiança, a cooperação e o autocontrole, fortalecendo dimensões essenciais da formação integral.

Brotto (2001) complementa que o ensino de atividades aquáticas pode ser estruturado por meio de metodologias cooperativas, nas quais a vivência conjunta e o respeito às diferenças fortalecem o aprendizado coletivo e o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Dessa forma, integrar as práticas aquáticas à Educação Física escolar significa articular o corpo, o movimento e as relações humanas em uma aprendizagem significativa.

Na BNCC (BRASIL, 2017), embora as práticas aquáticas não estejam explicitamente listadas entre os eixos principais da área, sua relevância é reconhecida na promoção da segurança pessoal, da saúde e do lazer. As atividades aquáticas aparecem associadas à ideia de ambientação e adaptação ao meio líquido, como parte das competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da educação

básica. Assim, o contato com o meio líquido deve ir além da natação esportiva e contemplar experiências de exploração, ludicidade e segurança.

De acordo com Sinclair e Roscoe (2023), as atividades aquáticas são fundamentais para o desenvolvimento global da criança, pois contribuem para a coordenação motora, a percepção corporal e o controle emocional diante de situações de risco. Além disso, o domínio de habilidades básicas de sobrevivência em meio líquido constitui um componente essencial da educação para a vida.

A Educação Física, portanto, ao abordar conteúdos como a natação, os jogos aquáticos e as práticas de salvamento, promove não apenas o desenvolvimento motor, mas também a consciência corporal e a responsabilidade coletiva. Dessa forma, a escola torna-se um espaço privilegiado para o aprendizado da prevenção e da segurança aquática.

### **3.2 Importância do conteúdo de salvamento aquático para escolares**

A inclusão do salvamento aquático no currículo escolar assume papel estratégico na formação integral dos estudantes, contribuindo tanto para a segurança em meio líquido quanto para o exercício da cidadania. De acordo com a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA), “não basta saber nadar; é preciso conhecer os riscos e respeitar seus limites” (Szpilman, 2019). Isso demonstra que o ensino técnico da natação, embora importante, é insuficiente se desvinculado de uma educação voltada à prevenção.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024) aponta o afogamento como uma das principais causas de morte entre crianças e jovens, destacando a educação e a capacitação precoce como pilares fundamentais na redução desses acidentes. O relatório reforça que programas educativos de prevenção são mais eficazes quando implementados desde a infância.

Nesse sentido, o ambiente escolar apresenta-se como o espaço ideal para o desenvolvimento de atitudes preventivas, pois abrange a totalidade dos estudantes e permite a construção de valores relacionados à segurança, ao respeito e à responsabilidade coletiva.

O afogamento está frequentemente associado a contextos de lazer familiar, sendo presenciado ou vivenciado por pessoas próximas à vítima. Em muitos casos, familiares perdem a vida ao tentar realizar resgates sem preparo técnico adequado. Por isso, a educação preventiva é reconhecida como a principal estratégia de redução da mortalidade por causas externas (Szpilman, 2017).

Do ponto de vista conceitual, o salvamento aquático compreende todas as ações realizadas em rios, lagos, represas, mares, enchentes, piscinas e outros ambientes aquáticos, com o objetivo de preservar a integridade física de pessoas em situação de risco (SOBRASA, 2023). Embora as praias concentrem grande parte dos resgates realizados no país, é nas águas doces — rios, lagos e represas — que ocorre a maioria dos casos fatais.

A educação sobre salvamento aquático nas escolas permite desenvolver habilidades cognitivas, motoras e sociais, além de promover o senso de responsabilidade e solidariedade. Freitas (2016) destaca que a prevenção de afogamentos deve ser tratada como conteúdo transversal nas aulas de Educação Física, pois está diretamente relacionada à promoção da saúde e à preservação da vida.

Portanto, inserir o salvamento aquático como conteúdo curricular é uma ação pedagógica e socialmente relevante. Ao compreender e vivenciar práticas preventivas, os alunos tornam-se multiplicadores de atitudes seguras, contribuindo para a construção de uma cultura de prevenção dentro e fora do ambiente escolar.

### **3.3 Estudos realizados sobre salvamento aquático no contexto escolar**

A inserção das Atividades Aquáticas (AA) no currículo da Educação Física escolar tem sido objeto de estudo e reflexão de diversos pesquisadores brasileiros. Apesar dos desafios estruturais enfrentados pelas escolas — como a ausência de piscinas e espaços adequados —, autores como Borges (2019) defendem a importância da abordagem do tema, especialmente em um país com altos índices de afogamento.

Diversos estudos destacam a necessidade de ampliar o acesso às atividades aquáticas como um direito de aprendizagem. Santana, Tavares e Santana (2003)

ressaltam que o processo de ensino da natação deve incluir, desde o início, conteúdos sobre prevenção de afogamentos e técnicas básicas de sobrevivência e resgate. Os autores defendem que tais medidas devem anteceder o ensino dos estilos competitivos, garantindo uma formação aquática mais completa e segura.

Dalla Rosa, Fraga e Borges (2022) identificaram que, mesmo em contextos sem infraestrutura adequada, é possível desenvolver projetos teóricos e práticos que abordem o salvamento aquático de forma interdisciplinar. Os resultados mostraram avanços significativos na conscientização dos alunos sobre os riscos e cuidados no meio líquido.

Por outro lado, Carlan e Dürks (2018) apontam fatores que dificultam a efetivação dessas práticas nas escolas:

1. Ausência de infraestrutura, especialmente piscinas e materiais adequados;
2. Insegurança docente ao trabalhar o tema;
3. Medo da água, tanto por parte dos alunos quanto dos professores;
4. Reducionismo do conteúdo, limitado à natação esportiva.

Para superar essas barreiras, os autores sugerem parcerias entre escolas, clubes e universidades, além da ampliação da formação docente em primeiros socorros e salvamento. Estudos recentes, como o de Silva (2024), reforçam a necessidade de capacitação dos professores de Educação Física para o desenvolvimento de atividades aquáticas seguras e contextualizadas.

Em síntese, a literatura da área evidencia que o ensino das atividades aquáticas e do salvamento é um conteúdo de alta relevância pedagógica e social. Sua abordagem na escola contribui não apenas para o desenvolvimento motor e cognitivo dos alunos, mas também para a formação de cidadãos conscientes e preparados para agir com responsabilidade em ambientes aquáticos.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A escolha desse delineamento justifica-se pela necessidade de compreender, de maneira abrangente, o nível de

conhecimento e a percepção dos professores de Educação Física acerca do salvamento aquático e de sua aplicação no contexto escolar.

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms, contendo 22 questões objetivas e discursivas, organizadas em quatro blocos temáticos. O instrumento foi validado por meio de leitura prévia pelo orientador da pesquisa, garantindo clareza e coerência das perguntas. O formulário foi disponibilizado a docentes participantes do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF), atingindo diferentes regiões do território brasileiro.

A amostra foi composta por 63 professores, selecionados de maneira não probabilística e intencional, considerando como critério de inclusão a formação em Licenciatura em Educação Física e o vínculo atual ou anterior com o PROEF. O contato com os participantes foi realizado por meio de um grupo de mensagens instantâneas, contendo 178 integrantes.

Os dados quantitativos foram tratados por meio de análise estatística descritiva, expressos em porcentagens e frequências relativas. As respostas discursivas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitindo identificar categorias temáticas emergentes relacionadas à percepção dos professores sobre o ensino de atividades aquáticas e salvamento.

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos nas ciências humanas e sociais. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e consentiram com a participação no anonimato.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

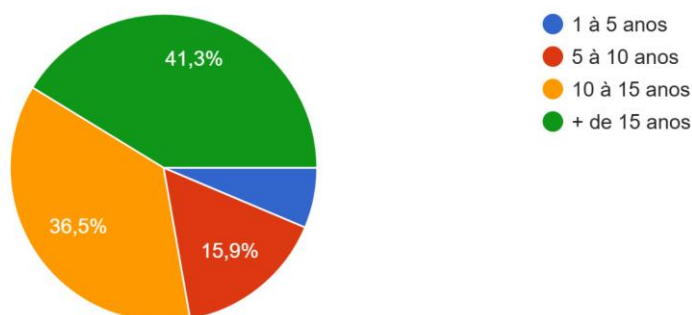
O questionário contou com 22 perguntas, distribuídas em quatro seções principais: (1) caracterização do participante; (2) formação e experiência profissional; (3) conhecimento e prática das atividades aquáticas; e (4) entendimento sobre o salvamento aquático.

A primeira seção ficou com a caracterização do indivíduo participante, na primeira questão tinha-se a pergunta de há quanto tempo estava formado em

licenciatura em educação física? e obtivemos a resposta abaixo :

Há quanto tempo você se formou em licenciatura em educação física?

63 respostas

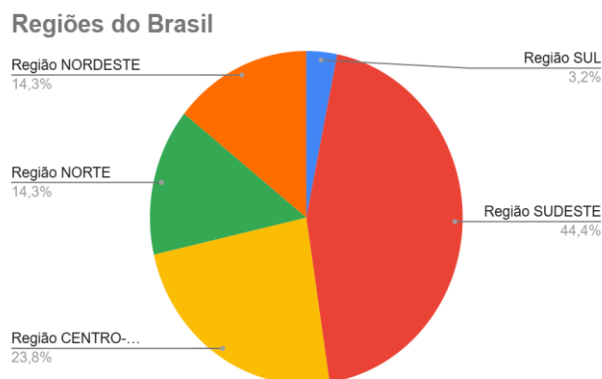


Observa-se que mais de 41% dos professores pesquisados estão formados há mais de 15 anos em cursos de licenciatura em Educação Física, sendo que 60% dessa formação ocorreu em universidades ou faculdades particulares, o que representa 38 participantes. Tal dado sugere uma predominância de profissionais cuja formação inicial ocorreu em um período em que o método tradicional de ensino ainda era fortemente presente na formação docente. Segundo Bracht (1999), a Educação Física brasileira foi historicamente marcada por um modelo tecnicista, centrado na repetição de gestos e na valorização do rendimento físico, influenciado pelas abordagens militar e esportivista.

Para Darido (2003), esse modelo reduzia o papel do professor a um transmissor de técnicas corporais, limitando a reflexão crítica sobre o movimento humano e sua dimensão cultural. Betti e Zuliani (2002) também destacam que a formação docente anterior à consolidação das abordagens críticas da Educação Física privilegiava conteúdos biológicos e metodologias tradicionais, pouco voltadas à reflexão pedagógica. Assim, o fato de grande parte dos profissionais ter se formado em instituições particulares, especialmente há mais de uma década, pode indicar uma permanência de práticas pedagógicas tradicionais, menos alinhadas às propostas contemporâneas e críticas defendidas por autores como Bracht (2003) e Kunz (2004), que propõem uma Educação Física voltada à autonomia, à reflexão e à construção social do conhecimento corporal.

A principal região e estados encontrados foram a região sudeste, pertencendo ao número de 28 pessoas, entretanto, obteve-se respostas de todas as regiões do território brasileiro, que significa que podemos considerar a amplitude do programa de

mestrado, concomitantemente conseguimos ter uma visão geral sobre as atividades aquáticas e salvamento aquático, se realmente participou da formação e se está no contexto escolar.



Questionados sobre os locais no qual os escolares possam ter acesso a prática de atividades aquáticas, a principal resposta foi a de que existem “sim” nesses locais equivalente a 65,1% das respostas e a resposta “não” equivale a 34,9%, um número consideravelmente alto. Destaca-se a resposta do professor nº 35 quando ele diz que:

“Possui aulas de natação pela Secretaria de Esportes em apenas um lugar da cidade, mas constantemente está quebrada.”

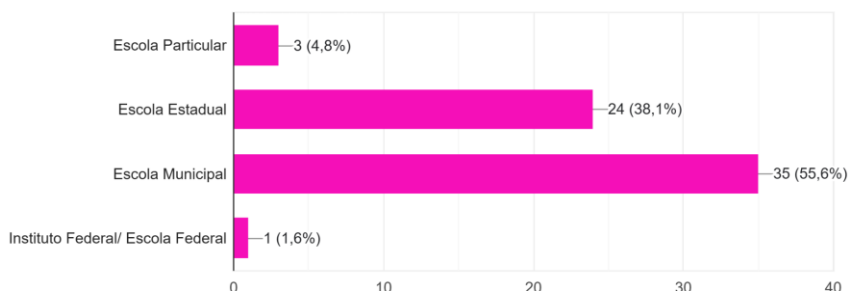
(Professor 35)

Não está justificado o motivo de sempre estar quebrada, mas sabe-se que os custos de manutenção da piscina são considerados altos o que talvez possa ser uma justificativa para essa paralisação das aulas de natação.

Quando questionamos a qual rede de ensino e em qual ano escolar estão ministrando aulas, surgiram as escolas particulares e públicas, porém a rede mais selecionada foi a das escolas municipais com 55,6% das respostas significando que o programa está cumprindo com um dos seus objetivos de que os discentes do proef esteja em efetiva docência na rede pública de ensino. No que diz respeito ao ano escolar, mais de 44% das respostas foram o ensino fundamental II- anos finais e 41% o ensino fundamental I- anos iniciais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS 2024) a faixa etária de 5-14 anos é a terceira maior causa de mortes de crianças.

Atualmente, você esta ministrando aulas em: (podendo selecionar mais de um)

63 respostas



#### Ministrando aula

Questionados se os professores possuem formação adicional sobre atividades aquáticas, 59 responderam que não possuem e que os conhecimentos são somente os fornecidos pela graduação. Destaca-se uma resposta do professor 42 na qual ele diz:

“Não, nunca tive oportunidade e não me interessa porque não sei nadar”  
(Professor 42)

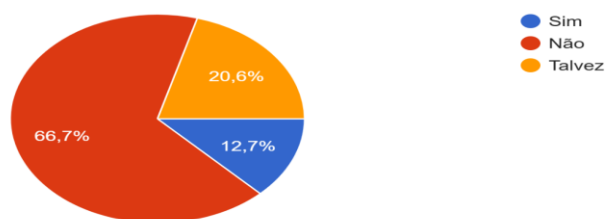
Os 4 professores que responderam que possuem, 3 deles foram justificados com trabalhos realizados em academias, como hidroginástica e natação, enquanto, diferentemente dos outros professores(as), o professor 55, se justificou com:

“Sim, trabalhei por 7 anos com aulas de natação para crianças e cultos em escola particular e projeto em escola municipal, com watsu ou water shiatsu, com adaptação e recreação em meio líquido e hidroginástica. No município hoje atuo com EJA e incluo aula de adaptação e recreação em meio líquido no planejamento.”

(Professor 55)

Analisando as respostas do professor 55, na escola em que ele está atuando, possui a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades aquáticas. Em seguida, a pergunta realizada foi se eles acreditam que a formação dos professores de educação física aborda suficientemente as atividades aquáticas e 42 professores responderam que não, 13 responderam que talvez e 8 responderam que sim.

Você acredita que a formação dos professores de Educação Física aborda suficientemente as atividades aquáticas?  
63 respostas



Na terceira sessão de perguntas intitulada como conhecimentos em atividades aquáticas, surgem então questões para entender melhor o contexto existente. A primeira questão foi saber se na escola em que eles atuam, possui-a ou não infraestrutura adequada para a realização das atividades aquáticas como piscina, materiais adequados, espaço físico entre outros, e mais de 88% responderam que não possuem, e surpreendentemente, mais de 11 % responderam que possuem.

Em seguida, foi questionado se caso a escola não possuísse a infraestrutura adequada, existia alguma parceria com clubes ou instituições externas para atividades aquáticas, 51 responderam que não possuem parcerias com clubes e em alguns casos, não possuem clubes na cidade.

Enquanto 11 responderam que possuem parcerias e/ou piscina nas escolas, destacou-se o que o professor 2 respondeu em:

“Os munícipes tem através da secretaria de esportes e lazer acesso a natação em piscina pública e escolinhas de surf na praia”

(Professor 2)

Chamou a atenção o que o professor 23 respondeu, dizendo que:

“É muito burocrático o processo de empréstimos de espaços para as práticas, principalmente as práticas aquáticas. Em nosso município temos o mar, mas não me sinto seguro de levar meus estudantes para natação no mar. Costumamos utilizar a praia em aulas de práticas de aventura, esportes na areia, etc.”

(Professor 23)

Na terceira questão deste bloco, questionamos se eles consideram importante a inserção de atividades aquáticas no contexto escolar, e o porquê, diante disso, obteve-se 59 respostas que consideram importante a inserção, com destaque para a resposta do professor 41:

“Sim, por que acredito que o aluno possui o direito de ter acesso a qualquer tipo de saber que envolve a cultura corporal de movimento, geralmente atividades aquáticas assim como as lutas e a ginástica circenses e temas da

cultura popular, regional ou de povo originários são deixados de fora do currículo escolar , e quando estão presentes , está na educação física que se diz , mas não na que se faz.”

(Professor 41)

Apenas 4 professores responderam que na opinião deles, não acham importante e/ou não conseguem ver formas de que ocorra o desenvolvimento das atividades de acordo com a realidade em que vivem.

A quarta questão de múltipla escolha, era sobre os desafios que enfrentam ou enfrentariam ao implementar as atividades aquáticas na escola, e a opção que mais teve escolha, foi a falta de infraestrutura, seguida de falta de capacitação, o que mostra a necessidade de estruturação melhor nos cursos de formação em educação física, mas, também se tornando necessário a capacitação dos professores para a realização das atividades aquáticas.

Na questão seguinte, foi destinado a saber qual era a opinião dos professores acerca dos principais benefícios das atividades aquáticas para os alunos e de modo geral todos concordam que existem inúmeros benefícios dessa prática, como a melhora da capacidade cardiorrespiratória, desenvolvimento motor, saúde integral e principalmente a segurança em meio líquido, destaca-se a resposta do professor 50, na qual ele diz:

“Acredito que o benefício maior é a vida.”

(Professor 50)

É inegável que o maior benefício das Atividades Aquáticas é a vida, pois a mesma consegue dar o básico de noção de sobrevivência e arrisco dizer, até como se salvar de um risco proeminente que seria o afogamento.

Em seguida, foi questionado sobre o desenvolvimento e/ou participação de projetos escolares envolvendo as Atividades Aquáticas, e 45 professores responderam que não e surpreendentemente 18 responderam que participaram ou desenvolveram projetos. O professor 19 respondeu que:

“Mais ou menos. Trabalhei na linha teórica e com atividades de esportes de marca com atividades lúdicos como remo e caiaque (...) Em outra atividade eles tinham dois bambolês um cabo de vassoura e o cabo puxava o outro bambolê e o aluno iria de um bambolê para o outro representando que o aluno estaria remando (...)Enfim, existem as possibilidades, mas tem que trabalhar muito a imaginação dos alunos.”

(professor 19)

A fala do professor 19 evidencia uma prática pedagógica criativa e adaptada às condições reais da escola, ao propor atividades que simulam o remo e o caiaque de maneira lúdica, mesmo sem acesso a um ambiente aquático. Essa atitude reflete um

compromisso pedagógico alinhado ao que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que orienta o ensino da Educação Física a valorizar as vivências corporais significativas e a diversidade de práticas corporais, promovendo aprendizagens por meio do jogo, da experimentação e da imaginação. Conforme Darido e Rangel (2005), o professor de Educação Física deve ser mediador do conhecimento corporal, criando condições para que os alunos experimentem e compreendam o movimento em diferentes contextos, inclusive por meio de adaptações e simulações quando os recursos são limitados. Essa concepção vai ao encontro do que Kunz (2004) denomina de abordagem crítico-emancipatória, na qual o aluno é protagonista de seu aprendizado e o professor atua como um facilitador que estimula a reflexão e a autonomia. Assim, mesmo diante da ausência de infraestrutura aquática, a ação do professor 19 demonstra uma postura pedagógica crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos, ao oportunizar vivências corporais contextualizadas e lúdicas.

Na pergunta qual a faixa etária ideal, na sua opinião, para a iniciação das atividades aquáticas no contexto escolar, obteve-se mais de 66% das respostas, a indicação da educação infantil, ou seja, a faixa etária em que mais ocorrem acidentes com finais em óbitos por afogamento no mundo inteiro.

Por fim, a última questão deste bloco de perguntas foi destinada a quais sugestões você daria para incentivar e melhorar a prática de atividades aquáticas nas escolas 75% das respostas foram sobre melhorias na infraestrutura física das escolas, com a criação de piscinas e/ou parcerias com clubes e profissionais capacitados para tal demanda. Os professores relataram também que ainda a educação física escolar não é valorizada com a seriedade necessária para tal. O professor 41 obteve destaque expondo a sua opinião sobre essa temática:

“A necessidade de políticas públicas que valorizassem a educação física na escola , pois em muitas realidades , a escola é a única instituição que promove um acesso a práticas de atividades física sob a orientação de um profissional qualificado para tal! (...) “

(professor 41)

O último bloco de questões foi destinado a descobrir o entendimento sobre o Salvamento Aquático (S.A). Na primeira pergunta era se eles conheciam ou já tinham ouvido falar o termo salvamento aquático e caso da resposta ser sim, como eles descreveriam o entendimento sobre o tema, e, 24 professores relataram que não

conhecem e/ou nunca tinham ouvido falar sobre o S.A., um número expressamente grande, ficando o questionamento sobre quais são as condutas dos cursos de formação em educação física e quais as consequências dessa não formação. Alguns relatam também que já ouviram falar mas não sabem explicar sobre.

Quando questionados se desenvolvem atividades acerca do S.A., esse número cresce para 59, os professores que nunca desenvolveram essas atividades. Segundo Szpilman (2022) a intervenção mais poderosa para evitar casos de afogamento é a prevenção, pois, a partir dela é possível conhecer como se salvar e possivelmente como não ser mais uma vítima fatal.

O terceiro questionamento foi também para conhecer a opinião dos entrevistados e era para saber se o ensino sobre salvamento aquático deveria ser obrigatório no currículo escolar, e mais de 70% deles concordam que deveria ser obrigatório, não somente o S.A., mas também os primeiros socorros.

Na questão sobre se já haviam recebido treinamento ou curso sobre primeiros socorros em ambiente aquático, 17 professores responderam que já fizeram algum treinamento, com exceção de um que é bombeiro profissional e outro que recebeu formação da irmã que é bombeira, os outros 15 compartilharam que foi durante a trajetória de formação inicial em suas universidades/faculdades nos anos de curso em educação física.

Em relação ao se já presenciaram alguma situação de emergência em ambiente aquático na escola e como foi a abordagem para resolver a situação, 59 responderam que não e apenas 4 responderam que sim, mas mesmo solicitando a justificativa, não expuseram o ocorrido e foram respeitados.

Por fim, a última questão era pra saber se eles percebiam uma certa resistência de pais ou responsáveis em relação ao ensino de atividades aquáticas e salvamento 50 responderam que não veem essa resistência, alguns justificaram por conta da falta da infraestrutura não trabalham essa temática, com destaque da resposta do professor 29:

“Não tive a experiência ainda. Mas acredito que terá sim, o que é normal para os dias de hoje onde há uma superproteção dos filhos.”

(professor 29)

Mas em contrapartida, tivemos 13 respostas que percebem essa resistência dos responsáveis, destaca-se a resposta do professor 59 no que ele diz:

“Na escola q trabalho os pais são muito exigentes quanto a água estar muito fria ou ventando ("não podem pegar friagem", vão adoecer...") As crianças nem importam muito o problema na maioria das vezes são os pais.”  
(professor 59)

Os relatos dos professores revelam percepções distintas em relação à resistência dos pais quanto ao ensino de atividades aquáticas e de salvamento, sendo a “superproteção” um aspecto frequentemente mencionado. Essa postura, embora motivada pelo cuidado, pode se tornar um obstáculo à aprendizagem de habilidades essenciais para a segurança e autonomia das crianças. De acordo com Szpilman (2017), a maioria dos casos de afogamento ocorre de forma rápida e silenciosa, muitas vezes mesmo sob a supervisão de adultos, o que evidencia a importância de ensinar noções de segurança aquática desde o ambiente escolar.

Assim, a resistência de alguns responsáveis, como relatado, pode refletir uma cultura de medo e proteção excessiva, que, conforme Freire (1996), limita a autonomia e o aprendizado significativo. Portanto, cabe ao professor atuar como mediador, promovendo o diálogo com as famílias e sensibilizando-as sobre a relevância do ensino das atividades aquáticas e do salvamento, não apenas como prática esportiva, mas como conteúdo essencial à vida e à segurança das crianças.

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo investigar o conhecimento e a percepção de professores de Educação Física vinculados ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) sobre as atividades aquáticas e salvamento aquático assim como a inclusão desse conteúdo nas aulas escolares. A pesquisa evidenciou a relevância social e pedagógica do tema, uma vez que os índices de afogamento no Brasil permanecem elevados, especialmente entre crianças e adolescentes. Os resultados mostraram que, embora a maioria dos professores reconheça a importância das atividades aquáticas e da educação para a prevenção de afogamentos, poucos possuem formação específica sobre o tema. Verificou-se que as disciplinas de natação e primeiros socorros, quando presentes na formação inicial, são abordadas de forma limitada, sem ênfase na dimensão educativa e preventiva. Tal constatação corrobora os estudos de Rodrigues, Souza e Dias (2021), que apontam a ausência sistemática desses conteúdos nos currículos de licenciatura em Educação Física.

A falta de infraestrutura, especialmente de piscinas e espaços adequados, foi identificada como a principal barreira para a efetivação das atividades aquáticas nas escolas públicas. Essa limitação, somada à escassez de capacitação docente e à falta de políticas públicas voltadas ao ensino da segurança aquática, compromete a democratização do acesso a esse conhecimento essencial. Contudo, os depoimentos coletados evidenciam que, mesmo diante de dificuldades materiais, os professores buscam alternativas criativas para abordar o tema, utilizando metodologias lúdicas e adaptadas à realidade escolar. Essa postura reforça o compromisso da Educação Física com a formação integral do aluno, indo além da prática motora e promovendo valores de cidadania, solidariedade e responsabilidade coletiva.

Assim, conclui-se que a inserção do conteúdo atividades aquáticas e de salvamento aquático no currículo escolar é uma necessidade urgente e estratégica, contribuindo para a formação de uma cultura de prevenção e segurança em ambientes aquáticos. Recomenda-se, portanto:

- A ampliação da formação inicial e continuada de professores de Educação Física, incluindo módulos sobre prevenção de afogamentos e primeiros socorros;
- O estabelecimento de parcerias entre escolas, clubes e instituições públicas para viabilizar experiências aquáticas seguras;
- O incentivo à pesquisa e à produção científica na área da Educação Física aquática, com foco em metodologias pedagógicas acessíveis e inclusivas.

Por fim, destaca-se que a Educação Física escolar, ao incorporar o tema do salvamento aquático, reafirma seu papel social na promoção da vida, da saúde e da cidadania, tornando-se agente fundamental na construção de uma sociedade mais segura, consciente e solidária.

## REFERÊNCIAS

1. SOBRASA – Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. *Estatísticas de afogamento no Brasil – 2024*. Disponível em: <https://sobrasa.org/afogamento-boletim-epidemiologico-no-brasil-ano-2024-ano-base-de-dados-2022/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
2. SZPILMAN, David. *Afogamento: prevenção, resgate e tratamento*. Rio de Janeiro: SOBRASA, 2005.
3. SZPILMAN, D. & SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO (SOBRASA). *Afogamento: Boletim epidemiológico no Brasil 2022*. SOBRASA, [S.I.], 2022. Disponível em: <http://www.sobrasa.org>.
4. BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
5. MANOEL, E. de J. et al. **Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. . São Paulo: Epu/Usf. . Acesso em: 12 nov. 2025. , 1988
6. BROTTTO, Fábio Otuzi. *Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência*. 4. ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.
7. Sinclair, L.; Roscoe, C.M.P. The Impact of Swimming on Fundamental Movement Skill Development in Children (3–11 Years): A Systematic Literature Review. *Children* 2023, 10, 1411. <https://doi.org/10.3390/children10081411>
8. SZPILMAN, David. *Manual de prevenção de afogamentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: SOBRASA, 2019.
9. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial sobre afogamentos*. Genebra: OMS, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 11 Ago. 2025.
10. SZPILMAN, David. *Afogamento: epidemiologia e prevenção*. Anais da Academia Nacional de Medicina, Vol. 193 (1),2022. Disponível em <[https://www.szpilman.com/new\\_szpilman/szpilman/ARTIGOS/AANM2022v193n1\\_simposio%2012.pdf](https://www.szpilman.com/new_szpilman/szpilman/ARTIGOS/AANM2022v193n1_simposio%2012.pdf)>
11. SOBRASA – Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático. *Conceitos e definições sobre salvamento aquático*. Rio de Janeiro: SOBRASA, 2023. Disponível em: <<https://sobrasa.org/afogamento-boletim-epidemiologico-no-brasil-ano-2023-ano-base-de-dados-2021/>>
12. FREITAS, Morgana de. *Prevenção de afogamentos: inclusão da temática nas aulas de Educação Física na Educação Infantil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/177954/ultima%20versao%202%20pdfa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>
13. MOREIRA, Aléxia Victoria Campos. *Atividades aquáticas na Educação Básica: dificuldades de implementação e oportunidades pedagógicas*. 2024. 34 f. Monografia (Graduação em Educação Física - Licenciatura) - Escola de Educação Física, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.
14. SANTANA, João; TAVARES, Carlos; SANTANA, Patrícia. A natação educativa e preventiva: uma proposta pedagógica. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 61–71, 2003.
15. DALLA ROSA, Jean C.; FRAGA, Alex B.; BORGES, Robson M. *Atividades aquáticas como direito de aprendizagem dos alunos na Educação Física*

- escolar. Motrivivência, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 1–21, 2022.
16. CARLAN, Paulo; DÜRKS, Aline. A natação e o salvamento aquático na escola: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 55–64, 2018.
  17. SILVA, Matheus da C.. HABILIDADES DE AUTOSSALVAMENTO AQUÁTICA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO QUE PRATICAM NATAÇÃO ESCOLAR *Trabalho de conclusão de curso*, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2024.
  18. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
  19. BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.19, n. 48, ago. 1999.
  20. DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Campinas: Papirus, 2003
  21. BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363>. Acesso em: 02 nov. 2025.
  22. KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
  23. DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Ivani C. A. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
  24. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.